

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.531 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 3 DE JULHO DE 2002

## Congresso aprova LDO, Tebet aplaude acordo

Projeto prevê para o ano que vem inflação de 4%, crescimento econômico de 4% e superávit primário do setor público de 3,75% em relação ao PIB. Parte da reserva de contingência de R\$ 6 bi poderá bancar aumento real do salário mínimo

Rosevelt Pinheiro



O Congresso aprovou ontem à noite o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que vai orientar o Executivo na elaboração do Orçamento da União para 2003. O presidente do Senado, Ramez Tebet, cumprimentou os parlamentares pelo acordo que possibilitou votar a matéria. O relator da LDO, senador João Alberto Souza, destacou a possibilidade de aumento do salário mínimo acima da inflação e disse que o governo terá que discutir com os parlamentares qualquer mudança que pretenda fazer no Orçamento. O Congresso também aprovou 35 projetos autorizando gastos em obras regularizadas e 18 projetos que abrem créditos especiais e suplementares ao Orçamento de 2002.

PÁGINAS 2 E 3

O Congresso Nacional realizou ontem a última sessão do semestre legislativo. As atividades devem ser retomadas no início de agosto.

### SELEÇÃO CINCO ESTRELAS

Waldemar Rodrigues



Waldemar Rodrigues

Faixas verde e amarela e cinco estrelas enfeitaram ontem os dois prédios do Congresso (E) em homenagem à Seleção Brasileira de Futebol, recepcionada por milhares de pessoas na Praça dos Três Poderes. Cada faixa mede 94 metros de altura e 8,70 metros de largura, com peso estimado em 250 quilos. As estrelas medem 3 metros de uma ponta a outra. A ornamentação foi feita pela Secretaria de Comunicação Social, por determinação do presidente do Senado, Ramez Tebet.

## Remuneração de militares do DF é regulamentada

Foram aprovados ontem pelo Congresso projetos de lei de conversão originários de três medidas provisórias, entre eles o que regulamenta a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.

O projeto, que segue para sanção do presidente da República, define que o salário dos militares do Distrito Federal é composto pelo soldo, por adicionais de posto ou graduação de certificação profissional, de operações militares e de tempo de serviço e por gratificações de representação, de função de natureza especial e de serviço voluntário.

Os parlamentares também aprovaram projeto de lei de conversão que institui o pregão entre as modalidades de licitação para aquisição de bens e serviços comuns e o que regulamenta o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais.

## Francelino Pereira lamenta morte de Dalva Costa

José Cruz

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 19 de junho, de Dalva Motta Costa, viúva de José Costa e presidente do Conselho de Sócios do *Diário do Comércio* e *Jornal de Casa*, em Belo Horizonte.

Francelino registrou que Dalva Costa foi a grande continuadora da obra do marido, José Costa, um dos pioneiros da imprensa mineira. Na década de 30 ele deu origem ao *Informador Comercial*, boletim que fazia sozinho com mimeógrafo manual. Em 1960, o informe daria lugar ao *Diário do Comércio* que, ao lado do *Jornal de Casa*, primeiro órgão de imprensa de distribuição domiciliar gratuita de Belo Horizonte, José Costa comandaria por 60 anos.



Francelino destaca importância da homenageada

# Heloísa Helena não aceita coligação com PL em Alagoas

Segundo disse, "há limites éticos" que a impedem de aceitar o apoio do Partido Liberal para sua candidatura ao governo do estado

A aliança do PT com o PL pode inviabilizar a candidatura da senadora Heloísa Helena (PT) ao governo de Alagoas. Candidata ao cargo, ela afirmou ontem, durante pronunciamento em Plenário, que "há limites éticos" que a impedem de aceitar o apoio do PL, como quer a direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

— Não temos a menor condição de fazer aliança com uns tipinhos desqualificados, moleques de recado de usineiros, acusados pela CPI do Narcotráfico e capazes de agredir a mim e ao PT — justificou a senadora.

Heloísa Helena disse que, mesmo não sendo candidata ao governo de Alagoas, fará campanha



Heloísa afirmou que não concorrerá ao governo de Alagoas se aliança for mantida

para Luiz Inácio Lula da Silva, que concorre à Presidência da República tendo o senador José Alencar (PL-MG) como vice. No entanto, ela fez apelo para que não seja imposta a aliança em Alagoas. Caso seu pedido não seja aceito, a senadora

## Suplicy pede que senadora mantenha a candidatura ao governo do estado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez apelo a Heloísa Helena (AL), sua colega de partido, para que ela mantenha a candidatura ao governo de Alagoas. Ele pediu à senadora que permaneça na disputa ao cargo mesmo que PL e PT não cheguem a um entendimento com relação à decisão de que os dois partidos se coliguem naquele estado.

— Na reunião do diretório nacional votei para que fosse respeitada a vontade de Heloísa Helena e do diretório estadual do PT para que a coligação não fosse feita. Se

em São Paulo o PL resolveu apoiar o candidato do PPB ao invés de José Genoíno, seria razoável que houvesse o respeito à vontade do PT e do próprio PL de Alagoas, de não se coligarem, por existirem divergências intransponíveis entre os partidos — afirmou o senador.

Suplicy também expressou pesar pelo falecimento, domingo, do médium Chico Xavier. Ele lembrou que Chico Xavier falara que gostaria de morrer num dia em que os brasileiros estivessem muito felizes. "Ele sabia prever as coisas, porque faleceu na mesma data em

garantiu que não aceitará disputar o pleito para o Executivo do estado.

A senadora lembrou sua origem pobre, filha de uma costureira, e disse que em Alagoas meninas que nascem como ela "estão destinadas à prostituição ou ao confinamento em quartinhos de empregada". Mas fortalecida pelas "lições de honestidade" de sua mãe e graças às primeiras fontes de conhecimento que encontrou nos pais brasileiros, em Palmeira dos Índios, e no escritor comunista Graciliano Ramos, ela disse que aprendeu a ter a perseverança e a coragem dos sobreviventes.

— No dia em que um usineiro colocar um cabresto no meu pescoço, eu perco a autoridade para olhar nos olhos dos meus filhos — afirmou Heloísa.



Eduardo Suplicy concorda com a decisão do PT de Alagoas de não se coligar com o PL

que o Brasil conquistou o pentacampeonato", assinalou, prestando também homenagem aos jogadores e ao técnico da Seleção Brasileira de Futebol pela vitória na Copa do Mundo.

## Acordo prevê nova MP para os anistiados

A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ontem, somente foi possível após governistas e oposicionistas chegarem a acordo sobre a medida provisória (MP) que regulamenta a anistia aos perseguidos políticos entre 1946 e 1988. Ficou acertado que o governo editará nova MP, com base no texto do relator, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), e no acordo entre os líderes.

Antes de editar a nova MP sobre os anistiados, o governo deverá discutir o texto com o Congresso. O parecer apresentado por Calheiros na comissão especial mista amplia benefícios oferecidos na proposta original, como a garantia de reintegração do anistiado ao cargo que ocupava e a opção dele receber indenização de maneira continuada ou de uma só vez. Também veda a cobrança da contribuição previdenciária sobre os montantes.

Calheiros destacou que a elaboração do parecer teve a colaboração de entidades que representam os anistiados políticos e também de outros parlamentares. De acordo com o senador, seu parecer procura concretizar um texto dentro do limite do bom senso e da responsabilidade. Representantes de associações que congregam os anistiados assistiram a sessão do Congresso e concordaram com o entendimento firmado.

### MÍNIMO

Um outro acordo também foi decisivo para a votação da LDO: a destinação de R\$ 5 bilhões, na proposta orçamentária de 2003, para o reajuste do salário mínimo acima da inflação e a cobertura de despesas criadas por emendas dos parlamentares. Caso deputados e senadores decidam abrir mão de suas emendas ao Orçamento da União, os recursos poderão financiar um reajuste do salário mínimo de até 20%, em abril do próximo ano.

### NOTA DA REDAÇÃO

Em decorrência do recesso parlamentar iniciado hoje, o *JORNAL DO SENADO* só voltará a circular em 1º de agosto, com a retomada das atividades legislativas.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Continuidade de obras é autorizada

O Congresso aprovou ontem 35 projetos de decreto legislativo que, com base em relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), autorizam a execução de obras que comprovaram estar em conformidade com a legislação, incluindo a construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, cujas irregularidades foram investigadas pela CPI do Judiciário.

Com base nas informações do TCU, deputa-

dos e senadores também aprovaram projeto de decreto legislativo que suspende investimentos da União nas obras do trecho da BR-282, de Florianópolis até a divisa com a Argentina, em Santa Catarina, que fazem parte do Corredor Mercosul do Plano Plurianual.

Veja abaixo a lista completa das obras de infra-estrutura que terão liberados os recursos previstos no Orçamento de 2002:



### Irrigação

Implantação de infra-estrutura de irrigação, parte do projeto Três Barras, em Goiás; projetos de irrigação em Flores de Goiás; construção dos açudes Algodão II e Tinguis, no Piauí; construção, recuperação e fortalecimento de infra-estrutura hídrica da Barragem Bananeira, no agreste de Alagoas; construção da adutora do agreste de Alagoas; construção e recuperação de infra-estrutura hídrica na adutora do Alto Sertão, em Alagoas; construção de infra-estrutura de irrigação do projeto Piancó III, na Paraíba; obras em parte do projeto de irrigação na Baixada Ocidental, no Maranhão



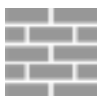
### Transportes

Construção do contorno rodoviário de Colatina (ES), parte do Corredor Leste; restauração, ampliação e duplicação da Avenida Contorno Norte de Goiânia; implantação do trecho Lapa-Pirajá do metrô de Salvador; melhoramento das instalações do Porto de Natal, pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte; ampliação dos molhes e dragagem de aprofundamento do canal de acesso do Porto de Rio Grande (RS); melhoria da navegação das hidrovias no Corredor Oeste-Norte, no trecho de Porto Velho (RO) à foz do Rio Madeira (AM); construção de eclusas no lago da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará; adequação de trecho da BR-316 no Pará, a partir da divisa do estado com o Maranhão, parte do Corredor Araguaia-Tocantins; construção de trecho da BR-414 entre Cocalzinho e Niquelândia, em Goiás, parte do Corredor Araguaia-Tocantins; construção de trecho da BR-402 entre Humberto de Campos e Barreirinhas, no Maranhão, parte do Corredor Araguaia-Tocantins; construção de trecho da BR-356 em Minas Gerais, entre Muriaé e a divisa com o Rio de Janeiro, parte do Corredor Leste; adequação de trecho da BR-230 na Paraíba, parte do Corredor Nordeste; construção de trechos rodoviários em Manaus, parte do Corredor Oeste-Norte; construção de trecho da BR-101 entre Osório e São José do Norte, no Rio Grande do Sul, parte do Corredor Mercosul



### Energia

Implantação de 313,3 quilômetros de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica em Manaus, Iranduba, Manacapuru e Itacoatiara, no Amazonas; de usina termelétrica de 270 megawatts no Amazonas; de 639 quilômetros de linhas de transmissão no Piauí; de 180 quilômetros de linhas de transmissão e de seis subestações associadas à Usina Hidrelétrica de Xingó; de 159 quilômetros de linhas de transmissão e de subestações associadas à Usina Hidrelétrica de Xingó, em Sergipe.



### Infra-Estrutura

Construção do fórum trabalhista de São Paulo (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região); modernização e recuperação da infra-estrutura das instituições federais de ensino superior e dos hospitais universitários na Bahia, no Amazonas e no Amapá; reurbanização e canalização dos córregos Botafogo e Capim Puba, em Goiânia; construção e recuperação de infra-estrutura hídrica em municípios do Baixo São Francisco (Canal do Xingó).

## Órgãos federais têm créditos suplementares

Os parlamentares aproveitaram a sessão que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para aprovar 18 projetos de lei que abrem créditos especiais e suplementares ao Orçamento de 2002, no valor total de R\$ 2,99 bilhões. Veja a lista completa dos créditos aprovados e sua destinação.

### CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Ministério da Defesa, 360 milhões; órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, 20,6 milhões; diversas empresas, 4,1 milhões; operações oficiais de crédito, 358 milhões; Ministérios de Minas e Energia e das Comunicações, 49,1 milhões; Ministério do Meio Ambiente, 14,2 milhões; Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Planejamento, Orçamento e Gestão, 13,3 milhões; Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Presidência da República, 49,8 milhões; Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores, 51,2 milhões; Ministério da Defesa e Ministério da Justiça, 193,2 milhões; Ministério dos Transportes, 394,7 milhões; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 155,3 milhões; Tribunal de Justiça e Ministério da Defesa, 6,4 milhões; Ministérios da Saúde, da Educação e do Esporte e Turismo, 269,2 milhões; Presidência da República, 45,7 milhões; Banco da Amazônia, 11,3 milhões. Total: 1.996,1 milhões.

### CRÉDITOS ESPECIAIS

Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, 1,7 milhão; Tribunal de Contas da União, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho, 3,5 milhões; diversas empresas, 4,1 milhões; Ministério da Educação, 3 milhões; Ministério das Comunicações, 820 milhões; Ministério da Ciência e Tecnologia, 166,1 milhões; Banco da Amazônia, 3,8 milhões. Total: 1.002,2 milhões.

# LDO prevê queda dos juros e inflação de 4% em 2003

Texto aprovado pelo Congresso também estima crescimento econômico de 4% e superávit primário de 3,75% do PIB para o próximo ano

O Congresso aprovou na noite de ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que orientará o Executivo na elaboração do Orçamento da União para 2003. A LDO prevê taxa de inflação de 4% para o próximo ano, crescimento da economia também de 4% e superávit primário do setor público (receitas menos despesas, excetuando o pagamento de juros), em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), de 3,75%. O projeto aprovado também estima que a taxa de juros públicos ao final de 2003 será de 12,84% e que a cotação do dólar americano em dezembro do próximo ano chegará a R\$ 2,42.

A LDO, que teve como relator o senador João Alberto Souza (PMDB-

MA), estipula que os cortes e contingenciamentos do orçamento terão de ser explicados aos parlamentares por autoridade do Executivo em audiência pública. O Executivo só poderá pedir créditos adicionais nos meses de maio e outubro, acabando com a possibilidade de que seja enviado esse tipo de pedido todos os meses aos parlamentares, como ocorre atualmente.

O texto da LDO que sai do Congresso estabelece ainda que, se as emendas apresentadas por um parlamentar forem bloqueadas, mas outras de seus colegas liberadas, o presidente da República terá que apresentar justificativas aos deputados e senadores. A reserva de contingência foi ampliada de R\$ 4 bi-

lhões para R\$ 6 bilhões. Deste total, R\$ 5 bilhões poderão ser utilizados para que seja concedido aumento real do salário mínimo em abril de 2003 e para bancar as emendas dos parlamentares.

O Ministério da Saúde será contemplado com pelo menos R\$ 1,5 bilhão a mais no orçamento do próximo ano. A LDO também obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em micro, pequenas e médias empresas. E, conforme o texto aprovado, o governo fica impedido de alterar a lista de seus projetos prioritários, exceto se tiver autorização do Congresso.

## João Alberto elogia limite a corte orçamentário

Qualquer mudança que o governo pretenda fazer no orçamento aprovado pelo Congresso terá que ser discutida antes com os parlamentares, afirmou o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, aprovada ontem. Para ele, este é um dos principais méritos do texto.

João Alberto destacou a possibilidade de aumento do salário mínimo acima da inflação, a partir da destinação de R\$ 5 bilhões a mais na proposta orçamentária, que começa a ser discutida em agosto. O senador chamou atenção, no entanto, para o peso do aumento do mínimo nas despesas do governo. Segundo o senador, para cada real acrescentado ao piso nacional,



João Alberto vê possibilidade de aumento real para o mínimo, mas lembra impacto na Previdência

crecem em R\$ 174 milhões os gastos da Previdência Social.

Quem também elogiou a nova LDO foi o vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR). Além disso, ele rebateu as críticas da oposição à meta de superávit

primário, prevista no texto.

— Com relação a esse assunto não há mais o que se discutir. A oposição está indo de encontro ao que prega Lula, que disse que manteria o superávit. O superávit é importante, respeitamos o entendimento da oposição, mas não vamos discutir questões ultrapassadas — frisou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu que a LDO apresenta algumas conquistas, apesar de seu partido votar contra a matéria. Ele apontou como positivas a regra que limita aos meses de maio e outubro os pedidos de complementação orçamentária e a que obriga a aplicação de 30% dos recursos do FAT em micro, pequenas e médias empresas.

## Tebet agradece disposição para o entendimento

Logo após o encerramento da ordem do dia da sessão do Congresso que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003, o presidente Ramez Tebet agradeceu aos parlamentares pela disposição de chegar a um acordo para a votação da matéria. “Mostramos que sabemos dialogar e que os interesses da coletividade estão acima de tudo”, afirmou ele.

O presidente do Congresso também ressaltou que o Parlamento brasileiro, ao longo do tempo, vem cumprindo com o

seu dever na defesa dos interesses nacionais. Ele se congratulou com deputados, senadores e funcionários da Câmara e do Senado pelo trabalho desenvolvido no semestre. Tebet falou ainda de sua satisfação pela festa realizada ontem em Brasília para saudar os integrantes da delegação brasileira que conquistou o pentacampeonato mundial de futebol.

— Sobre tudo, quero desejar muito êxito a todos os que disputarão o próximo pleito, e que a eleição seja cristalina, límpida,



Tebet: “Mostramos que os interesses da coletividade estão acima de tudo”

de contato com o eleitor e de valorização da cidadania — encerrou Ramez Tebet.

# Conselho de Esportes será instalado este mês

Anúncio foi feito por Valmir Amaral, indicado para integrar o novo órgão, que tem como objetivo promover a melhoria dos padrões de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF), indicado para integrar o Conselho Nacional de Esportes (CNE), disse ontem que o órgão deverá ser instalado até o fim do mês, segundo lhe informou o ministro do Esporte e Turismo, Caio Luiz de Carvalho. Criado pelo Poder Executivo em abril deste ano, o conselho tem por objetivo desenvolver programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria dos padrões de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Valmir Amaral disse que pretende acompanhar os eventos que integram o calendário nacional esportivo e turístico. Com essa experiência, ele pretende colaborar na formulação da política de integração entre o esporte e o turismo, visando ao aumento da oferta de emprego, como estabe-



Valmir Amaral disse que vai lutar pela integração entre esporte e turismo

lece o decreto que instituiu o conselho.

Além de dois deputados e um senador, o CNE terá entre seus 11 membros o ministro do Esporte e Turismo e um representante de cada um dos seguintes ministérios: Justiça, Educação, Trabalho e Emprego e Relações Exteriores.

Valmir ressaltou que o esporte está em alta no Brasil, com a conquista do pentacampeonato mun-

dial de futebol. O senador integrou o grupo de autoridades que no início da tarde de ontem recebeu os jogadores da Seleção Brasileira na rampa do Palácio do Planalto, durante a visita ao presidente da República.

— Este penta não podia ter chegado em melhor hora. O povo brasileiro anda preocupado, com a auto-estima em baixa. Esta vitória vai dar mais ânimo à população, até para vencer as dificuldades da nossa economia — opinou o senador. Ele lembrou que os jogadores Kaká e Lúcio começaram a jogar futebol no Distrito Federal.

Quanto ao seu trabalho na Comissão de Educação, de que é membro, o senador disse que pretende contribuir para tornar a prática de esportes acessível à maioria da população. A seu ver, muitos jovens que se encontram fora do mercado de trabalho poderão encontrar uma oportunidade, evitando o caminho da violência.

## Indicados parlamentares para analisar MPs

Os líderes partidários já fizeram as indicações dos senadores e deputados que integrarão as comissões mistas constituídas para emitir parecer sobre três medidas provisórias. As MPs dispõem sobre a estruturação da carreira de inteligência e remuneração dos integrantes do quadro de pessoal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); remuneração dos cargos da carreira de procurador da Fazenda Nacional; e a inclusão dos cargos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepac) no plano de classificação de cargos da União e das autarquias federais.

### Senadores que integram as três comissões mistas

#### Titulares

Renan Calheiros (PMDB-AL)  
Nabor Júnior (PMDB-AC)  
Gilberto Mestrinho (PMDB-AM)  
Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS)  
Geraldo Melo (PSDB-RN)  
Romero Jucá (PSDB-RR)  
Freitas Neto (PSDB-PI)  
José Agripino (PFL-RN)  
Francelino Pereira (PFL-MG)  
Eduardo Suplicy (PT-SP)  
Sebastião Rocha (PDT-AP)  
Carlos Patrocínio (PTB-TO)  
José Alencar (PL-MG)

#### Suplentes

Gilvam Borges (PMDB-AP)  
Marluce Pinto (PMDB-RR)  
Amir Lando (PMDB-RO)  
Alberto Silva (PMDB-PI)  
—  
—  
—  
Romeu Tuma (PFL-SP)  
Leomar Quintanilha (PFL-TO)  
Emília Fernandes (PT-RS)  
Álvaro Dias (PDT-PR)  
—  
—

## Tebet recebe Ordem do Mérito do TRT paulista

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem do presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Francisco Antonio de Oliveira, a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, na categoria Grã-Cruz. Segundo o juiz, a homenagem foi concedida devido à

grande contribuição de Tebet para a retomada das obras no prédio das varas trabalhistas do tribunal.

Francisco Antonio de Oliveira explicou que o TRT-SP gasta cerca de R\$ 500 mil por mês com aluguéis de prédios impróprios aos trabalhos do tribunal. Ele disse que a obra poderá ser concluída no prazo de seis meses.

À noite, o Congresso aprovou crédito suplementar em benefício daquela obra.



Presidente do TRT-SP, Francisco Antonio de Oliveira, entrega condecoração a Ramez Tebet

## Comissão Representativa funciona durante o recesso

Cumprindo norma constitucional que determina a eleição de uma Comissão Representativa de parlamentares das duas Casas do Congresso para funcionar durante o recesso, respondendo por algumas atribuições do Congresso, o Senado e a Câmara elegeram os

senadores e deputados que vão integrar o colegiado. Foi obedecido o dispositivo segundo o qual a comissão deve reproduzir, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Senadores que vão compor a comissão:

Titulares	Suplentes
PMDB	
Ramez Tebet Renan Calheiros	João Alberto Souza Gilvam Borges
Bloco PSDB-PPB	
Benício Sampaio	Geraldo Melo
PFL	
Edison Lobão	José Agripino
Bloco Oposição PT-PPS	
Eduardo Suplicy	José Fogaça
PTB	
Carlos Wilson	Arlindo Porto
PDT	
Lauro Campos	Sebastião Rocha
PSB	
Antonio Carlos Valadares	Ademir Andrade



Ramez Tebet é cumprimentado pelo ministro da Economia e do Comércio Exterior da Líbia, Shokri Ghanem, que chefia a delegação de seu país

## Presidente do Senado aceita convite para visitar a Líbia

Durante recepção, ontem, a uma delegação do governo da Líbia, liderada pelo ministro da Economia e do Comércio Exterior, Shokri M. E. Ghanem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu convite para visitar aquele país. Faziam parte da comitiva o governador de Trípoli, o ministro dos Transportes e o embaixador da Líbia no

Brasil. A comitiva estava acompanhada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Ramez Tebet aceitou o convite para a visita à nação africana, que será incluída na agenda que está sendo preparada para a viagem do presidente do Senado ao mundo árabe, no mês de novembro, em companhia de um grupo de parlamentares.